

Estudo Técnico Preliminar 3/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23058.000865.2024-91

2. Descrição da necessidade

O **Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Natal Zona Norte** necessita da prestação de serviços terceirizados para os postos de **Merendeira, Auxiliar em Saúde Bucal, Eletricista, Jardineiro, Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção em Geral e Piscineiro**, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais ao funcionamento da instituição. A presente contratação é justificada pela necessidade de assegurar a infraestrutura adequada, a segurança dos espaços e o bem-estar da comunidade acadêmica e administrativa, permitindo que a instituição concentre esforços em sua atividade-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão.

A ausência desses profissionais compromete diretamente o funcionamento do campus, podendo impactar na segurança dos estudantes e servidores, na qualidade da alimentação escolar, na conservação das áreas comuns e na manutenção das instalações prediais e elétricas. Além disso, a falta de profissionais especializados pode gerar custos elevados com reparos emergenciais, reduzindo a eficiência administrativa e orçamentária.

Considerando o **interesse público** e a necessidade de continuidade dos serviços, a terceirização desses postos se apresenta como a solução mais eficiente e vantajosa para o IFRN. A adoção desse modelo possibilita a contratação de empresas especializadas, garantindo a prestação dos serviços com qualidade, eficiência e observância aos requisitos legais, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021** e nos princípios da administração pública.

Além disso, a contratação será pautada em diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade social, alinhando-se ao **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** e promovendo práticas ambientalmente responsáveis, inclusão social e gestão eficiente de resíduos. Dessa forma, a presente solução atende plenamente às necessidades institucionais, assegurando um ambiente seguro, sustentável e adequado ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

3. Área requisitante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação visa à prestação de serviços terceirizados para o **Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Natal Zona Norte**. O objetivo é garantir a continuidade e a eficiência das atividades essenciais ao funcionamento da instituição, em

conformidade com os princípios da economicidade, sustentabilidade e eficiência administrativa previstos na **Lei nº 14.133/2021** e no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU)**.

A contratação dos postos visam dar suporte à estrutura dos serviços prestados à sociedade, de acordo com o contido no **art. 3º do Decreto n.º 9.507/2018** (grifo nosso), são definidas como acessórias à atividade fim da Instituição, podendo ser objeto de execução indireta.

A prestação dos serviços **não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A contratação deve garantir a seleção de prestadores de serviço qualificados e comprometidos com a qualidade técnica, responsabilidade socioambiental e atendimento às normas de segurança do trabalho. Além disso, a prestação dos serviços deverá ocorrer com base em padrões de sustentabilidade, conforme diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, promovendo a redução do impacto ambiental, inclusão social e condições dignas de trabalho.

Especificação dos Serviços e Perfis Profissionais

A empresa contratada deverá fornecer profissionais capacitados, devidamente treinados e em conformidade com as exigências normativas e regulatórias de suas áreas de atuação. Abaixo, são descritos os principais requisitos para cada função:

- **Merendeira:** Deverá possuir experiência em preparo de alimentos, seguindo boas práticas sanitárias e normas da ANVISA. A contratação deve priorizar práticas de alimentação saudável e sustentável, incentivando o uso de produtos locais e orgânicos sempre que possível.
- **Auxiliar em Saúde Bucal:** Deve possuir experiência comprovada. A prestação do serviço deverá minimizar o uso de descartáveis, incentivando práticas sustentáveis na área de saúde.
- **Eletricista:** Deve possuir experiência comprovada e NR10, NR10 SEP e NR-35. Os serviços prestados deverão priorizar soluções de eficiência energética e descarte responsável de materiais elétricos.
- **Jardineiro:** Experiência na manutenção de áreas verdes, utilizando técnicas de jardinagem sustentável, como compostagem e reúso de água. Deve evitar o uso de agrotóxicos nocivos ao meio ambiente.
- **Porteiro:** Deverá possuir experiência comprovada na função.
- **Pedreiro e Auxiliar de Manutenção em Geral:** Experiência comprovada na função. Deverão adotar práticas sustentáveis, como reutilização de materiais e descarte correto de resíduos.
- **Piscineiro:** Experiência comprovada no tratamento e manutenção de piscinas. Deverão adotar práticas sustentáveis com ênfase na redução do uso de produtos químicos agressivos ao meio ambiente e uso eficiente da água.

Critérios de Sustentabilidade e Inclusão Social

A contratação deverá seguir as diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, adotando medidas para minimizar impactos ambientais e promover a responsabilidade social, tais como:

- **Uso de insumos e materiais sustentáveis**, priorizando produtos biodegradáveis e recicláveis.
- **Redução do consumo de água e energia**, com práticas de manutenção preventiva e uso de equipamentos eficientes.
- **Gestão adequada de resíduos**, promovendo a reciclagem e descarte correto de materiais utilizados nos serviços prestados.
- **Inclusão de grupos socialmente vulneráveis**, incentivando a contratação de empresas que empreguem mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência e outros grupos prioritários.
- **Capacitação e condições dignas de trabalho**, garantindo que os profissionais terceirizados recebam treinamento contínuo e atuem em um ambiente seguro e respeitoso.

Modelo de Execução e Fiscalização

A empresa contratada será responsável por fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), garantindo que todos os profissionais trabalhem de forma segura e conforme as normativas aplicáveis. Além disso, a fiscalização do contrato será realizada por uma comissão designada pelo IFRN, que acompanhará o cumprimento das obrigações contratuais, incluindo os aspectos socioambientais.

Serviu de base para o presente Estudo Técnico Preliminar as convenções coletivas: **RN000009/2025 (b778970583)**, **RN000154/2025 (b51249a9c3)**, cuja autenticidade pode ser auferida no link: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>

As propostas deverão ser apresentadas baseadas na Convenção Coletiva supracitada.

A participação **NÃO** será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que o valor ultrapassa R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

A justificativa para **NÃO** ser exigida a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte no caso dos itens cuja estimativa de valor da contratação tenha ultrapassado R\$ 80.000,00 (art. 8º do Decreto nº 8.538/2015) é fundamentada no **PARECER n. 00215/2018/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE /PGF/AGU.**

Considerando o PARECER n. 00215/2018/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE /PGF/AGU, optamos pela utilização da Opção I dada pela PROJU, pois a Opção II trará mais morosidade ao processo, bem como dificuldades técnicas com relação ao lançamento prático do item, pois para podermos incluir outro item, deverá ser feita nova IRP, considerando que não é possível fazer modificações na anterior, nessa nova IRP deverá ser copiado o item anterior, sendo necessário alteração do local de entrega de todos os participantes, considerando que o

sistema não consegue atribuir os quantitativos copiados as UASGs corretas e também lançado o novo item da cota, onde teríamos que dividir todos os quantitativos de cada participante, considerando a cota de até 25%. Todo esse procedimento nos traz uma grande perda na celeridade do processo de aquisição, sendo assim, mais viável a utilização da Opção I dentre as dadas pela procuradoria jurídica. Registramos ainda, que o pregão na forma eletrônica foi criado tendo como um dos seus princípios a celeridade processual, celeridade essa que encontramos na opção escolhida, qual seja, a Opção I. Por fim, conforme o parecer supracitado, tão logo o sistema esteja adaptado, a cota será aplicada na sua íntegra.

No caso de incidência do § 1º Art. 3º do Decreto nº 11.430, de 08/03/2023, a contratada deverá tomar as devidas providências para atender o percentual mínimo de oito por cento das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.

Conforme legislação vigente, fica vedada a incidência do disposto no item 2.1 (e suas alíneas) do Anexo VII-B da IN Seges 5/2017.

Conforme inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, fica vedado o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

O percentual de garantia de execução do contrato será de 5% do valor anual do contrato, conforme Parágrafo Único, art. 98 Lei nº 14.133.

Em razão do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, celebrado em 05 de junho de 2003, **não será admitida a participação de cooperativas durante a licitação.**

Conforme Art. 48 da Lei 14133/21, fica vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

- I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
- IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

A contratação dos serviços terceirizados para o **IFRN Campus Natal Zona Norte** deve seguir rigorosos critérios de **qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social**, garantindo que a execução dos serviços esteja alinhada aos princípios da **eficiência administrativa e do**

desenvolvimento sustentável. A aplicação das diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** assegura que a administração pública adote práticas inovadoras e sustentáveis, promovendo um ambiente mais seguro, saudável e alinhado às políticas públicas voltadas para o bem-estar da comunidade acadêmica.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para a contratação de serviços terceirizados foi conduzido com o objetivo de identificar fornecedores, analisar a competitividade do setor e definir a melhor estratégia de contratação para a Administração Pública.

A pesquisa de mercado revelou que há ampla oferta de empresas especializadas nesses serviços, com significativa variação nos preços praticados, a depender da localização, qualificação dos profissionais e nível de exigência dos serviços prestados. Identificou-se que a terceirização desses serviços representa uma prática comum na Administração Pública, pois possibilita maior eficiência na execução das atividades-meio, garantindo especialização e continuidade dos serviços.

Ademais, informa-se que foi consultado o **Catálogo Eletrônico de Padronização** (Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.) e o objeto desta contratação ainda não está contemplado no referido catálogo.

No que tange à escolha da modalidade de contratação, a Lei nº 14.133/2021 prevê diferentes alternativas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Modalidade de Licitação	Características	Aplicabilidade ao caso	Justificativa
<u>Pregão Eletrônico</u>	<u>Disputa aberta com lances sucessivos, exclusivamente para bens e serviços comuns.</u>	Sim	<u>O serviço terceirizado de apoio operacional é considerado comum, sendo passível de padronização e disputa ampla.</u>
Concorrência	Modalidade ampla para contratações de maior vulto.	Não	Exige maior complexidade nos critérios de julgamento e tempo de processamento mais longo.
Diálogo Competitivo	Utilizado para inovações e soluções complexas.	Não	Os serviços a serem contratados não exigem inovação tecnológica ou customização complexa.
Dispensa de Licitação	Excepcionalidade para casos específicos, como pequeno valor ou emergência.	Não	A contratação não se enquadra nos requisitos legais para dispensa.
Inexigibilidade	Aplica-se a fornecedor exclusivo ou inviabilidade de competição.	Não	Há ampla concorrência no mercado, inviabilizando essa modalidade.

Após a análise das opções, verificou-se que o **Pregão Eletrônico** configura-se como a alternativa mais adequada para a contratação dos serviços terceirizados. Essa modalidade garante maior competitividade, transparência e economicidade, permitindo que os fornecedores apresentem suas propostas de forma ágil e eficiente. Além disso, a realização da disputa em ambiente eletrônico assegura maior publicidade e participação de empresas de diferentes regiões, favorecendo a obtenção da melhor proposta para a Administração.

Dessa forma, o levantamento de mercado reforçou a viabilidade do Pregão Eletrônico como o meio mais eficaz para a contratação pretendida, garantindo a seleção de fornecedores qualificados e alinhados com os princípios da eficiência, isonomia e vantajosidade para o serviço público.

6. Descrição da solução como um todo

A presente solução visa à contratação de serviços terceirizados para o **Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Natal Zona Norte**, contemplando os postos de **Merendeira, Auxiliar em Saúde Bucal, Eletricista, Jardineiro, Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção em Geral e Piscineiro**. A iniciativa fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e eficiência dos serviços essenciais ao funcionamento da instituição, em conformidade com as diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, do **Decreto nº 9.507/2018**, que regulamenta a terceirização na administração pública federal, e do **Decreto nº 12.174/2024**, que atualiza e aperfeiçoa critérios de gestão e fiscalização desses contratos.

A terceirização desses serviços insere-se na estratégia institucional de otimização da gestão de recursos humanos, permitindo que o IFRN concentre esforços na sua atividade-fim – a oferta de ensino técnico e superior de qualidade –, ao mesmo tempo em que assegura a execução qualificada de atividades operacionais e de suporte. Dessa forma, a solução adota um modelo de prestação de serviços contínuos, com alocação de profissionais especializados, garantindo eficiência operacional e a adequada manutenção da infraestrutura da instituição.

Dos postos

Grupo	Item	Descrição	Carga horária semanal	Quantidade	CBO	CCT ADOTADA
1	1	Auxiliar em saúde bucal	44h	1	3224-15	**
	2	Merendeira	44h	2	5132-05	RN000009/2025
2	3	Auxiliar de manutenção Geral	44h	1	5143-10	RN000009/2025
	4	Eletricista	44h	1	9511-05	RN000009/2025
	5	Jardineiro	44h	1	6220-10	RN000009/2025
	6	Pedreiro	44h	1	7152-10	RN000009/2025
	7	Piscineiro	44h	1	5143-30	RN000154/2025
	8	Porteiro	44h	2	5174-10	RN000009/2025

**** Não possui CCT vigente**

Jornada de Trabalho dos Servidores Terceirizados

A jornada de trabalho dos empregados terceirizados é regida, em regra, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), respeitando-se os limites legais e as normas convencionadas em acordos ou convenções coletivas da categoria profissional. Para prestação desse serviço, seguirá a seguinte jornada:

Dia da Semana	Horas de Trabalho
Segunda-feira	8h
Terça-feira	8h
Quarta-feira	8h
Quinta-feira	8h
Sexta-feira	8h
Sábado	4h
Total Semanal	44h

Com vistas à otimização da rotina de trabalho, melhoria da prestação dos serviços e possíveis necessidades, é possível, a critério da Administração Pública e desde que não haja prejuízo ao trabalhador, ajustar a jornada semanal para ser cumprida exclusivamente de segunda a sexta-feira.

Estrutura da Solução e Modelo de Execução

A solução será implementada por meio da **contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados**, com fornecimento de mão de obra capacitada e insumos (sob demanda) necessários para a realização das atividades.

A execução do contrato seguirá as seguintes diretrizes:

- **Modelo de execução indireta:** Os serviços serão prestados por empresa contratada, que fornecerá a mão de obra necessária, incluindo substituição em caso de faltas, afastamentos ou rescisões, garantindo a continuidade das atividades.
- **Gestão e fiscalização:** O contrato será acompanhado por fiscais designados pelo IFRN, seguindo os procedimentos estabelecidos pelo **Decreto nº 12.174/2024**, que reforça mecanismos de controle e indicadores de desempenho para assegurar a qualidade dos serviços.
- **Adoção de boas práticas de gestão contratual:** A empresa contratada será responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, em conformidade com o **Decreto nº 9.507/2018**, mitigando riscos jurídicos para a administração pública.
- **Sustentabilidade:** A contratação contemplará critérios de sustentabilidade, conforme previsto no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, incentivando o uso de materiais ecologicamente corretos.

Justificativa da Solução e Impacto Institucional

A adoção desse modelo de terceirização justifica-se pela necessidade de garantir a adequada execução dos serviços essenciais ao funcionamento do campus. A terceirização permite:

- **Eficiência administrativa:** Redução da sobrecarga de gestão de pessoal e foco na atividade educacional da instituição.
- **Continuidade e previsibilidade orçamentária:** Contratos com valores definidos evitam gastos imprevistos com manutenção emergencial.
- **Segurança jurídica:** Atendimento aos normativos vigentes e mitigação de riscos relacionados à gestão de pessoal.
- **Melhoria da qualidade dos serviços:** Empresas especializadas garantem profissionais qualificados e melhor execução das atividades.

Sobre o fornecimento de insumos sob demanda

Considerando a natureza da contratação de prestação de serviço terceirizado no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), estabelece-se que os insumos necessários à adequada execução dos serviços deverão ser fornecidos sob demanda, conforme solicitação da Administração contratante à empresa contratada.

O fornecimento ocorrerá por **ordem expressa do fiscal do contrato**, devendo a empresa atender na seguinte dinâmica:

A Contratante poderá solicitar os insumos (materiais, equipamentos, ferramentas e outros utensílios) a qualquer dia do mês e a Contratada é responsável por fornecer esses itens em até 10 (dez) dias úteis.

Em caso de impossibilidade de atendimento no prazo estabelecido, a empresa contratada deverá apresentar justificativa formal ao fiscal do contrato, a fim de permitir o acompanhamento e eventual reprogramação das atividades.

Sobre o pagamento dos insumos

O pagamento pelos insumos fornecidos será realizado **conforme valores máximos estipulados na planilha de insumos anexa ao processo**, observando-se as seguintes diretrizes:

- Caso o valor da nota fiscal (do insumo) apresentada pela Contratada seja inferior ao valor máximo estipulado na planilha, será pago o valor efetivamente apresentado na nota, considerando que o fornecimento de insumos não possui finalidade lucrativa, mas sim subsidiar a execução do serviço contratado.
- Caso o valor da nota fiscal (do insumo) apresentada pela Contratada ultrapasse o valor máximo estipulado na planilha, a Contratante deverá realizar nova pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, para verificar a compatibilidade do valor. Confirmando-se a adequação do novo valor apurado ao mercado, o item poderá ser pago com base nesse novo referencial.

- Para itens não contemplados na planilha de insumos, a Contratante poderá solicitar o fornecimento, desde que haja expressa concordância da Contratada, ocasião em que também será realizada pesquisa de preços prévia (pela Contratante), nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, para fundamentar o valor a ser pago.

Importante destacar que, **em nenhuma hipótese, o valor total destinado ao fornecimento de uniformes e insumos poderá ser ultrapassado**, devendo o controle ser rigorosamente realizado pelo fiscal do contrato.

Sobre a empreitada

A contratação dos serviços de manutenção predial justifica-se como sendo mais adequada por **empreitada por preço global**, tendo em vista as características da demanda e os dispositivos legais vigentes que regem as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal. A natureza do serviço – que envolve atividades rotineiras de manutenção preventiva e corretiva em sistemas hidráulicos, elétricos, sanitários, estruturais e outros componentes da infraestrutura predial – permite o detalhamento prévio das rotinas, da periodicidade das intervenções e dos padrões mínimos de qualidade esperados, o que possibilita o dimensionamento técnico e orçamentário da contratação de forma precisa.

Nesse contexto, a adoção da empreitada por preço global apresenta-se como a modalidade mais vantajosa para a Administração, uma vez que permite a fixação de um valor certo e total para o período contratual, com base em levantamento técnico das quantidades estimadas de serviços e dos custos envolvidos. Tal escolha está em consonância com o disposto no art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, que define a empreitada por preço global como a contratação de execução de obras ou serviços por preço certo e total. Ao fixar previamente o valor da contratação, evita-se a ocorrência de reajustes constantes, aditivos contratuais desnecessários e amplia-se a previsibilidade orçamentária, facilitando o planejamento financeiro da instituição.

Além disso, essa modalidade contratual transfere à contratada os riscos relativos à produtividade, à gestão de pessoal e aos insumos necessários para a execução dos serviços, incentivando uma maior eficiência na execução e no controle de seus próprios recursos. A empresa contratada passa a ser responsável não apenas pela execução, mas também pelo gerenciamento da rotina dos serviços, desde que atendidos os padrões exigidos pela Administração.

Portanto, a adoção da empreitada por preço global, além de juridicamente adequada, revela-se tecnicamente justificável e vantajosa sob a ótica administrativa, econômica e operacional, garantindo maior controle, eficiência e transparência na execução contratual, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e planejamento.

Com a implementação da solução, o IFRN Campus Natal Zona Norte assegurará a manutenção de sua infraestrutura, a segurança da comunidade acadêmica e a continuidade dos serviços essenciais, promovendo um ambiente adequado ao ensino e à pesquisa. Dessa forma, a contratação está alinhada aos princípios da administração pública, garantindo economicidade, eficiência e sustentabilidade na gestão dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas para os serviços terceirizados foi realizada com base em um estudo detalhado das necessidades operacionais da instituição, levando em **consideração a demanda histórica conforme os contratos anteriores (09a3c03e9e)**, o crescimento projetado e as especificidades de cada função no contexto organizacional.

A análise considerou o dimensionamento adequado da força de trabalho para garantir a continuidade e eficiência dos serviços, evitando tanto a subcontratação, que poderia comprometer a qualidade e a tempestividade das atividades, quanto a supercontratação, que poderia gerar custos desnecessários e onerar o orçamento público. Foram avaliados fatores como a jornada de trabalho exigida, a rotatividade da equipe, a necessidade de cobertura em turnos e a sazonalidade da demanda por determinados serviços.

No caso das merendeiras, a estimativa foi baseada na quantidade de refeições diárias preparadas, no número de alunos atendidos e na logística de distribuição das refeições.

Para os auxiliares em saúde bucal, a projeção considerou o fluxo de atendimentos odontológicos e a necessidade de suporte aos profissionais dentistas.

Os eletricitas, jardineiros e auxiliares de manutenção predial e geral tiveram suas quantidades calculadas conforme a extensão das instalações físicas, a complexidade das demandas de manutenção preventiva e corretiva, e a periodicidade dessas intervenções.

A necessidade de porteiros foi estabelecida com base nos pontos de controle de acesso e nos turnos de vigilância necessários para garantir a segurança do local.

Já a quantidade de piscineiros foi determinada considerando a frequência de uso das piscinas, as exigências sanitárias e os procedimentos de manutenção obrigatórios para assegurar a qualidade da água e a segurança dos usuários.

Além disso, a projeção das quantidades contratadas levou em conta as diretrizes de economicidade e eficiência na gestão de recursos públicos, bem como o alinhamento com as melhores práticas do setor. O estudo considerou ainda a viabilidade da alocação dos profissionais por meio de contratos de terceirização, conforme preconizado pela legislação vigente, garantindo o atendimento às necessidades institucionais sem comprometer a legalidade e a eficácia dos serviços prestados.

Assim, a estimativa foi elaborada de forma criteriosa, buscando o equilíbrio entre a demanda real e a sustentabilidade financeira da contratação, garantindo que a prestação dos serviços ocorra de maneira eficiente, contínua e de qualidade, em conformidade com os princípios da administração pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 768.129,40

A pesquisa de preços foi realizada observando as orientações contidas na legislação vigente e mediante a utilização dos parâmetros da IN 65/2021.

Para a composição da formação da PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (Apêndice I) foram consideradas as Convenções Coletivas: RN000009/2025 (b778970583), RN000154/2025 (b51249a9c3), Laudo Técnico Pericial do IFRN (ca62767dce) e Insumos (Apêndice II).

O resultado da pesquisa comprovou que os valores estimados na Planilha de Preços por posto estão compatíveis com os praticados em outras contratações similares feitas pela Administração Pública.

Caberá então a empresa licitante se basear na convenção coletiva de trabalho supracitada para elaborar sua planilha de custos.

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada na Lei de Licitações.

Dessa forma, será uma disputa pautada na igualdade se todos os licitantes estiverem disputando com base de preço orçado com a mesma CCT.

Como resultado, foi obtido o valor de referência de **768.129,40 (setecentos e sessenta e oito mil cento e vinte e nove reais e quarenta centavos)**

Após a conclusão da planilha, foi detalhado os custos conforme observado na Planilha de Custos e nos Relatórios da Pesquisa de Preços anexado ao processo.

Informa-se que a estimativa do valor da contratação está em conformidade com § 3º Art. 3º do DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019, portanto, sendo possível autorização pelo Ordenador de Despesas do Polo Metropolitano, Edmilson Barbalho Campos Neto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A justificativa para o **não parcelamento da solução** para a contratação dos serviços terceirizados fundamenta-se na necessidade de garantir a eficiência operacional, a economicidade e a padronização na execução dos serviços prestados. A fragmentação da contratação acarretaria riscos operacionais e administrativos, comprometendo a qualidade dos serviços essenciais ao funcionamento da instituição.

A prestação desses serviços exige uma gestão integrada, com uniformidade nos processos de recrutamento, treinamento e supervisão dos profissionais alocados. A dispersão da contratação em diferentes fornecedores dificultaria a padronização das atividades, gerando inconsistências nos padrões de atendimento e comprometendo a entrega dos serviços dentro dos parâmetros

exigidos pela administração pública. Além disso, o fracionamento aumentaria a necessidade de fiscalização e controle por parte da contratante, resultando em maior ônus administrativo e custos operacionais.

A execução conjunta desses serviços também se justifica pela interdependência das funções desempenhadas. O trabalho dos auxiliares de manutenção predial e geral, por exemplo, está diretamente relacionado às atividades dos eletricitas e jardineiros, assim como o serviço de porteiro complementa a segurança e o fluxo operacional das demais funções. A descontinuidade desses serviços em razão de múltiplos contratos poderia comprometer a eficiência e a sinergia necessária para a adequada manutenção das instalações.

Do ponto de vista econômico, a contratação unificada possibilita maior poder de negociação, resultando em economia de escala e otimização dos recursos públicos. A adoção de múltiplos contratos individuais elevaria os custos administrativos, como despesas com gestão contratual, acompanhamento e fiscalização, impactando negativamente a eficiência do gasto público.

Dessa forma, considerando os princípios da eficiência, economicidade e padronização, a opção pelo não parcelamento da solução se mostra a alternativa mais adequada para garantir a continuidade, qualidade e racionalização da prestação dos serviços terceirizados em questão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No estudo técnico preliminar elaborado para a contratação dos serviços terceirizados, verificou-se a ausência de necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes. A justificativa para essa conclusão baseou-se na autonomia operacional de cada um dos serviços demandados, bem como na inexistência de interdependência funcional.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A equipe de planejamento, designada pela PORTARIA Nº 105/2025 - DG/ZN/RE/IFRN (dcef6876cf), declara para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança deste Órgão Contratante.

Ademais, informamos que contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável do IFRN- PDI (2019-2026) (a079afb215), quanto a visão de Consolidar-se como instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico até 2026, quanto aos Valores: Comprometimento, cooperação, ética, responsabilidade socioambiental, equidade e diversidade, o direcionamento estratégico orçamentário - OR-02 Garantir a eficiência do gasto público, G1-1 Implementar a política de Gestão de riscos.

Declaramos ainda que o planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância

do INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO, conforme parceria técnica entre ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO e o MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços terceirizados para as funções representa um avanço significativo na otimização dos recursos humanos e materiais da Administração Pública. Ao delegar tais atividades a profissionais especializados, a Administração consegue aprimorar a qualidade dos serviços prestados, garantindo maior eficiência operacional e permitindo que o corpo técnico se concentre em funções estratégicas.

O impacto positivo da terceirização se reflete na especialização dos profissionais envolvidos, uma vez que a empresa contratada tem a responsabilidade de selecionar e capacitar trabalhadores qualificados para desempenhar suas funções com excelência. A presença de Merendeiras capacitadas, por exemplo, assegura o preparo adequado da alimentação escolar, respeitando normas sanitárias e nutricionais essenciais ao bem-estar dos alunos. Da mesma forma, os Auxiliares em Saúde Bucal contribuem diretamente para a promoção da saúde, auxiliando na prevenção e tratamento de doenças odontológicas, impactando a qualidade de vida da população atendida.

A manutenção das instalações prediais e áreas externas também é beneficiada com a contratação de Eletricistas, Jardineiros, Piscinheiros e Auxiliares de Manutenção, que atuam na preservação do patrimônio público, evitando a deterioração de estruturas e equipamentos. Com intervenções técnicas adequadas e periódicas, minimizam-se riscos de acidentes e interrupções nas atividades administrativas e educacionais. Além disso, a figura do Porteiro é essencial para o controle de acesso e segurança dos ambientes institucionais, garantindo um ambiente protegido para servidores e usuários.

Outro aspecto relevante é a previsibilidade orçamentária proporcionada pela contratação terceirizada. Diferentemente da administração direta desses profissionais, o modelo terceirizado permite uma melhor distribuição dos custos, evitando encargos trabalhistas adicionais e reduzindo riscos jurídicos relacionados à gestão de pessoal. A substituição de funcionários, por exemplo, passa a ser de responsabilidade da empresa contratada, assegurando a continuidade dos serviços sem impacto nas atividades institucionais.

A implementação desse modelo também estimula a geração de empregos formais e incentiva o desenvolvimento de empresas especializadas, promovendo a economia local e regional. A exigência de capacitação contínua e o cumprimento das normas trabalhistas pelas empresas contratadas fortalecem a qualificação profissional e contribuem para a valorização dos trabalhadores envolvidos.

Por fim, a contratação desses serviços dentro de um modelo de terceirização bem estruturado assegura maior eficiência, qualidade e segurança na execução das atividades, permitindo que a Administração Pública cumpra sua missão institucional com excelência, focando seus esforços em atividades estratégicas e de maior complexidade.

13. Providências a serem Adotadas

Realizou-se, neste Estudo Técnico Preliminar, um levantamento detalhado das necessidades institucionais para definir a quantidade de profissionais e a carga horária exigida para cada função, assegurando que a contratação estivesse alinhada às demandas da organização. Esse estudo foi complementado por uma análise de mercado, a fim de verificar a disponibilidade dos serviços e os valores praticados, garantindo a economicidade e a vantajosidade da contratação.

Além disso, serão designados servidores com experiência na função para atuarem como fiscais do contrato, com o objetivo de garantir que possuam conhecimento técnico e normativo suficiente para acompanhar a execução dos serviços.

Caso não haja servidores com experiência, a Administração deverá realizar a capacitação dos fiscais de contrato em parceria com os demais campi que tenham servidores capacitados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços terceirizados para funções pode gerar impactos ambientais relevantes, exigindo a adoção de medidas mitigadoras para minimizar tais efeitos. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Advocacia-Geral da União (AGU), fornece diretrizes para incorporar critérios de sustentabilidade nos processos de contratação pública, garantindo a redução de impactos negativos e a promoção de boas práticas ambientais.

A atividade das merendeiras envolve o manuseio de alimentos, o que pode gerar desperdício e resíduos orgânicos. Para minimizar esse impacto, é essencial adotar práticas como planejamento eficiente do cardápio, compostagem dos resíduos e a utilização de produtos orgânicos e de fornecedores locais. O uso de embalagens biodegradáveis e a capacitação para o consumo consciente de água e energia na cozinha também são medidas sustentáveis relevantes.

No caso dos auxiliares em saúde bucal, a principal preocupação ambiental está na geração de resíduos odontológicos, como materiais descartáveis e produtos químicos. Para mitigar esses impactos, é fundamental implementar um plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS), garantir a destinação correta de materiais infectantes e incentivar o uso de produtos menos agressivos ao meio ambiente, como desinfetantes biodegradáveis.

As atividades dos eletricitas podem gerar riscos relacionados ao descarte inadequado de cabos, lâmpadas e componentes eletrônicos. A contratação deve priorizar profissionais que sigam normas ambientais, como a destinação correta de resíduos eletrônicos e a reutilização de materiais sempre que possível. Além disso, o incentivo ao uso de lâmpadas LED e dispositivos de baixo consumo energético contribui para a redução do impacto ambiental.

Os jardineiros lidam diretamente com o meio ambiente e, portanto, a contratação deve considerar práticas sustentáveis, como o uso de adubos orgânicos, a redução do consumo de água por meio de técnicas como a irrigação por gotejamento e a preferência por espécies nativas no paisagismo. O controle biológico de pragas e a restrição ao uso de agrotóxicos também são medidas essenciais para reduzir impactos ambientais negativos.

O trabalho dos porteiros envolve consumo de energia e papel, especialmente no controle de acesso. Além disso, a conscientização sobre o uso eficiente da iluminação e do ar-condicionado é fundamental para reduzir o desperdício de energia.

Os pedreiros e auxiliares de manutenção em geral geram impactos ambientais devido ao uso de materiais de construção e à produção de entulho. A contratação deve priorizar o uso de materiais sustentáveis, como cimento ecológico e tintas à base de água, além da destinação correta dos resíduos da construção civil. A reutilização de materiais sempre que possível e a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos são práticas indispensáveis.

Por fim, o trabalho dos piscineiros pode gerar impactos devido ao uso de produtos químicos para tratamento da água. A adoção de alternativas ecológicas, como sistemas de filtragem eficientes e o uso controlado de cloro, pode reduzir os impactos ambientais. Além disso, a captação de água da chuva para reposição da água da piscina e a manutenção adequada para evitar desperdícios são medidas que devem ser incentivadas.

Assim, ao incorporar critérios de sustentabilidade na contratação desses serviços, a administração pública não apenas reduz impactos ambientais negativos, mas também incentiva boas práticas no mercado, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, conclui-se que a contratação prestação de serviços terceirizados para os postos de Merendeira, Auxiliar em Saúde Bucal, Eletricista, Jardineiro, Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção em Geral e Piscineiro, nas condições e moldes definidos no ETP, é plenamente viável, tanto sob os aspectos legais quanto técnicos e orçamentários, sendo recomendada sua continuidade nas etapas seguintes do processo de contratação pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

LUIZ PEDRO MARTINS DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

SERGIO ROBERTO DANTAS

Membro da comissão de contratação

JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

Manutenção e Apoio

Assunto: Manutenção e Apoio
Assinado por: Ricardo Oliveira
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Paulo Ricardo de Oliveira, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 22/04/2025 14:34:18.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/04/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2143793
Código de Autenticação: 4b06c53bc2

